

## DATA DA ATIVIDADE: / / 2017

## PROFESSOR (A):

**ATIVIDADE DE RECUPERAÇÃO**

# SÉRIE: º ANO

**ALUNO (A): Nº:**

### TURMA:

**NOTA:**

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“O combate à pedofilia no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**TEXTO I**

A cada dia, pelo menos 20 crianças de zero a nove anos de idade são atendidas nos hospitais que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) no país, após terem sido vítimas de violência sexual, de acordo com o Ministério da Saúde. Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do ministério, em 2012, houve 7.592 notificações de casos desse tipo de violência nessa faixa etária, sendo 72,5% entre meninas e 27,5% em meninos. Isso corresponde a 27% de todos os casos de violência registrados pelos hospitais entre crianças e adolescentes. Entre pessoas de 10 a 19 anos de idade, foram 9.919 casos de abuso sexual, ou 27 por dia, no mesmo ano.

Mas a quantidade de vítimas de violência sexual na infância e na adolescência no país deve ser ainda maior. É que nem todos os municípios brasileiros enviam os dados para o SINAN — dados preliminares de 2012 do ministério indicam que 2917 encaminharam, das mais de 5 mil cidades do país. São Paulo, por exemplo, contabiliza as ocorrências em um sistema próprio de dados. Só no hospital estadual Pérola Byington, na capital, a quantidade de casos novos de pessoas de até 17 anos de idade atendidas em 2013 foi de 2.048 — 54% a mais que em 2003. Além disso, as ocorrências de pessoas que são atendidas pela rede privada e as que nem chegam aos hospitais não estão computados nos dados do ministério da Saúde.

**Algozes conhecidos**

Nos números do SINAN estão incluídos todos os tipos de violência sexual, incluindo estupros cometidos por desconhecidos e também casos em que o agressor é conhecido da família. Dos 7.592 casos ocorridos entre crianças de zero a nove anos em 2012, em 3% acredita-se que houve exploração sexual e em 2,9%, pornografia infantil. Na maior parte dos casos (70% para crianças de até nove anos e 58% para os de 10 a 19 anos), a violência sexual aconteceu dentro de casa e o agressor era do sexo masculino. Segundo o ministério, o provável autor do abuso foi um amigo ou conhecido da vítima em 26,5% dos casos entre crianças de até nove anos de idade e em 29,2% dos até 19 anos.

O pedófilo que abusou de G. , de 5 anos, o via diariamente, duas vezes por dia. Era o motorista do transporte escolar, que durante todo o ano de 2013 o levava e buscava na escola.

— Meu filho sempre foi um menino ativo e brincalhão, e de repente passou a ficar quieto e acuado. A gente perguntava se havia algo errado e ele ficava “congelado”, não respondia — lembra o pai de G, contando como a família começou a desconfiar do abuso.  
Em novembro do ano passado, G. chegou em casa com a boca machucada. Disse que o ferimento foi provocado por “brincadeiras” que o condutor do transporte escolar fazia com ele. Uma semana depois, falou para os pais que esteve na casa do motorista. E disse que não queria mais ser levado para o colégio por aquele senhor de 51 anos de idade. Depois de várias sessões com uma psicóloga, G. contou à especialista sobre os abusos sexuais sofridos no banco de trás do carro em que o “Tio Carlos” o levava para a escola. O motorista, Carlos Inácio Coentro Portela, foi preso essa semana pela polícia do Rio.

**Denúncias anônimas**

Para a ministra Maria do Rosário, da secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cada vez mais a população está procurando denunciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes a órgãos diretos de investigação, como a polícia. Por isso é que, segundo ela, o número de denúncias que chegam anonimamente ao Disque Cem, serviço telefônico da secretaria, diminuiu de 2012 para 2013. Em 2012, foram 37.803 e no ano passado, 31.895, ou seja, cerca de 6 mil a menos. Os estados de São Paulo, Rio e Bahia, aparecem como os três

com mais denúncias, segundo a ministra, porque concentram grande parte da população.

Porém, na opinião de Maria do Rosário, a quantidade de denúncias que chegam ao Disque Cem diariamente ainda é muito alta. Em 2013, foram recebidas 87 denúncias de violência sexual por dia, principalmente de casos em que o agressor era conhecido da vítima ou da família dela.

— A Organização Mundial da Saúde estima que 20% das meninas e mulheres de até 18 anos sofram algum tipo de violência sexual no mundo. As autoridades chegam a uma parcela pequena. A violência é mantida sob um manto de segredo quando se trata do abuso sexual intrafamiliar. É difícil romper esse segredo. É preciso haver a atenção de todos para as crianças — diz Maria do Rosário.

Na opinião do coordenador de projetos da organização não governamental Childhood Brasil, Itamar Gonçalves, os números de violência sexual contra crianças e jovens precisam provocar indignação.

— Temos que ficar indignados e pressionar os governos para qualificar e ampliar o atendimento. Sabemos que muitos conselhos tutelares, por exemplo, nem têm carros para fazer visitas às famílias. Falta engajar todos e ter mais políticas públicas que atuem na ponta do problema — diz Gonçalves.

Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/pedofilia-pesadelo-que-comeca-na-infancia-em-casa-11828021#ixzz4eTldZNjL Acesso em 13 abril 2017

**TEXTO II**

O plenário do Senado aprovou hoje (5) projeto de lei que determina a perda de bens e valores que sejam utilizados na exploração sexual de crianças e adolescentes. O texto modifica o Artigo 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente para acrescentar a perda dos bens à previsão de pena de quatro a dez anos de reclusão para quem pratica esse tipo de crime, além da multa já prevista na lei.

Os valores serão revertidos em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado em que o crime ocorrer.

A perda dos bens utilizados na exploração sexual de crianças e adolescentes ocorrerá, no entanto, ressalvados os direitos de terceiros que agirem de boa fé. Por exemplo, no caso de um imóvel em que ocorra esse tipo de crime e que tenha um segundo dono que não tivesse conhecimento dos atos ali praticados, o direito desta pessoa estará preservado.

Como a matéria é originária do Senado e já passou pela Câmara, o projeto segue agora para sanção do presidente Michel Temer.

**Investigação de pedofilia**

Os senadores também aprovaram nesta quarta-feira outro projeto com objetivo de proteger crianças e adolescentes: um texto regulamenta a possibilidade de que policiais possam se infiltrar em salas de bate papo ou redes sociais de forma anônima para investigar casos de pedofilia.

O projeto estabelece que esse tipo de ação para obtenção de provas deverá ser requerida pelo Ministério Público ou pelo delegado responsável pelo caso e autorizada por um juiz com fundamentação que justifique a medida.

O texto também segue para sanção presidencial.

Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-04/senado-aprova-projetos-de-combate-exploracao-sexual-de-criancas-e-pedofilia Acesso em 13 abril 2017

**TEXTO III**

[](http://d1z5tzq1vqfzvg.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/04/enem-pedofilia.jpg)

Disponível em: https://vidadeesposa.wordpress.com/2011/01/13/pedofilia-e-crime-denuncie/ Acesso em 13 abril 2017

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Reformas do sistema previdenciário brasileiro”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Principais mudanças da Reforma Previdenciária 2017

De acordo com o Governo Federal, as novas regras do INSS serão implementadas devido ao aumento dos gastos da Previdência Social. O rombo nas contas pode chegar a R$ 167 bilhões até o final do ano, principalmente com o desemprego em alta no país.

Veja a seguir as principais mudanças propostas pela Reforma Previdenciária 2017:

Idade mínima de 65 anos para a aposentadoria

O Governo de Michel Temer vai fixar uma idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, que vale tanto para homens quanto para mulheres. Dessa forma, quem tem 64 anos ou menos não poderá se aposentar, mesmo com o tempo mínimo de contribuição.

Faixa de transição

A nova regra vai impactar os trabalhadores com menos de 50 anos de idade. Quem se encontra acima dessa faixa etária entrará na faixa de transição progressiva.  
O contribuinte com 50 anos ou mais deverá trabalhar de 40% a 50% mais tempo para se aposentar. Dessa forma, ele poderá dar entrada na aposentadoria antes de atingir a idade mínima.

Aumento da alíquota

Tudo indica que a Reforma Previdenciária de 2017 também terá impacto na alíquota de contribuição, especialmente no caso de servidores públicos municipais, estaduais e governamentais. O valor do percentual mínimo, que atualmente é de 11%, poderá subir para 14%.

Redução da aposentadoria por invalidez

Atualmente, o trabalhador pode solicitar a aposentadoria por invalidez após pagar 12 parcelas do INSS, recebendo o valor integral. Com a aprovação da Reforma Previdenciária, o tempo mínimo de contribuição para dar entrada no benefício será de 36 meses. Essa modalidade deverá contar, ainda, com um piso pré-estabelecido de 70%, em cima de 80% dos maiores salários ao longo de todo o período de contribuição.

Restrição de pensão por morte e aposentadoria

Muitos brasileiros recebem pensão por morte e aposentadoria ao mesmo tempo, porém, a reforma previdenciária deve ter impacto nos pagamentos. O cidadão receberá normalmente o valor maior, enquanto o segundo terá uma redução de 30% a 60%.

TEXTO II

a. Se formos ao site do IBGE e olharmos a expectativa de vida dos brasileiros, temos, em Santa Catarina, algo próximo de 82 anos e, em Alagoas, cerca de 71 anos. Isso, considerando a expectativa de vida da pessoa que nascer em 2016. Se pegarmos quem nasceu na década de 60 ou 70, a expectativa é um pouco menor, podendo chegar até próximo da data da aposentadoria. Então qual seria minha crítica? Eu não posso tratar de maneira igual (ao menos, não deveria) uma pessoa que nasce em Florianópolis (SC) e outra que nasce no interior de Alagoas. Elas terão oportunidades e expectativas de vida totalmente diferentes. Aqui eu ainda tenho grande dificuldade de achar uma solução, mas tenho uma sugestão: na hora de fazer a conta, considerar o local onde a pessoa trabalhou. Se a maior parte do tempo foi no interior de Alagoas, ela pode se aposentar mais cedo do que a pessoa que mora em Florianópolis e que tem expectativa de vida maior.  
b. Vou criar um personagem: João. Ele começou a trabalhar aos 22 anos de idade. Em 2016, quando saiu a regra nova, ele tinha 50 anos. Continuando empregado, se aposentaria aos 71 anos, para receber os 100% do salário médio. Só que, aos 58 anos de idade, ele perde o emprego e passará por grande dificuldade para se recolocar no mercado. Para boa parte dos brasileiros, quanto mais avançada a idade, menor a chance de se empregar. Sei que muitos vão questionar por que João não estudou ou por que não se preparou previamente para essa possibilidade. Concordo, mas, em um país como o nosso, temos vários motivos para justificar por que essa pessoa não tem tanta qualificação e, com isso, se torna facilmente substituível. Por favor, não entenda como preconceito.  
Quanto mais tempo João ficar desempregado, mais tempo vai demorar para se aposentar. Se ele conseguir viver de bicos por mais 7 anos, chegando aos 65 anos vai receber 87% do salário médio da vida de contribuinte. (Esses 87% são resultado da soma do percentual base de 51%, mais o tempo de contribuição, que foi dos 22 aos 58 anos. 58 – 22 = 36. 36 + 51 = 87%)  
Então, temos um problema grande de envelhecimento e desemprego. Qual a solução? Vejo uma mais tranquila, que seria o incentivo fiscal. Se a sua empresa tem “y” empregados com mais de “x” idade, ela fica isenta de pagar o imposto “k”. Melhor do que o governo ter que assumir um gasto social muito grande para ajudar essa pessoa na velhice, com plano de saúde e complemento financeiro.

**Detalhe 1**

Até a reforma da Previdência tramitar no Congresso e o Temer sancionar, devem se passar alguns meses. Possivelmente em abril teremos essa assinatura. Portanto, homens que nasceram depois de 1967 e mulheres depois de 1972 deverão ser atingidos em cheio pelas novas regras.

**Detalhe 2**

A eterna discussão que as mulheres deveriam se aposentar com menos tempo de contribuição do que os homens, já que alegam – e eu concordo – que elas têm dupla jornada de trabalho, na rua e em casa. Por outro lado, vão dizer que elas vivem mais. Nesse ponto, eu acho que nós, homens, somos bastante culpados por isso, cuidando bem menos da saúde do que as mulheres. Isso é fato! Ainda assim, eu acho que a idade de aposentadoria deveria ser igual para os dois. É questão de matemática, vai faltar dinheiro.

**Detalhe 3**

O governo usou como base para cálculo do benefício 51% (16 anos começa a trabalhar, para conseguir se aposentar com 100% aos 65 anos) do salário médio de toda a vida do contribuinte. Eu acho que poderíamos elevar esse número para cerca de 55% (equivale a começar a trabalhar aos 20 anos), sem que o governo comprometa suas contas. É só ter capacidade de fazer o dinheiro render. Ou aumentar levemente a contribuição inicial, algo próximo de 1,00% / 2,00%.

**Detalhe 4**

Existem algumas regras para a atualização do salário no decorrer do tempo, mas a que mais está sendo utilizada é o INPC, calculado pelo IBGE. Exemplo utilizando esse índice de correção: se ganhei R$ 2.000,00 em dezembro de 2015, esse montante valeria, em novembro de 2016, para efeito de cálculo do salário médio, R$ 2.142,75. E esse é o valor que o governo consideraria hoje, se fosse fazer a conta do salário médio de toda uma vida. Portanto, o INSS irá atualizar todos os seus salários até a data de sua aposentadoria.

**Conclusão**

Essa reforma era necessária sim, para ontem. Muitos vão dizer que o rombo do privado urbano é baixo. Sim, é baixo, por volta de R$ 17 bilhões – acumulados entre julho de 2015 e junho de 2016. Mas esse déficit tende a aumentar com o envelhecimento rápido da população.  
Nas próximas semanas, vou falar dos outros 3 modelos: privado rural, público civil e o polêmico público militar. Esse último já gerou muito debate em palestras e na minha página no Facebook.  
Para terminar, quero entrar em um vespeiro. Estou vendo muita gente reclamando que a reforma veio pesada demais. Sim, veio. Mas boa parte desse peso é consequência da passividade dos nossos presidentes anteriores, que não tiveram a coragem de tocar nesse assunto e deixaram as coisas chegarem ao ponto em que estão, exigindo medidas mais duras. Na verdade, eu acho que esse problema existe desde 1500.  
Dedico esse texto a muita gente que enriqueceu o debate nesses últimos dias. Fica impossível citar todos os nomes, mas gostaria de destacar 4 pessoas que me inspiraram/ajudaram a escrever esse texto: Adriana Fernandes, Célia Perrone, Marina Schmidt e Rosana Hessel.

http://economia.estadao.com.br/blogs/economia-a-vista/reforma-da-previdencia-e-bom-e-e-ruim/

TEXTO III

[](http://imaginie-812e.kxcdn.com/wp-content/uploads/2017/06/sistema-previdenciario.jpg)

http://www.tribunadainternet.com.br/e-vem-ai-os-protestos-contra-reformas-da-previdencia-e-das-leis-trabalhistas/

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Sistema carcerário brasileiro: problemas e soluções**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Especialistas apontam problemas do sistema prisional brasileiro

Falta de capacitação de agentes penitenciários, adoção de penas alternativas e superlotação dos presídios foram alguns dos problemas levantados.

O relator do estudo sobre Segurança Pública em análise pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), defendeu a adoção de penas alternativas e a

revisão das leis relacionadas ao uso e tráfico de drogas e dos crimes hediondos como maneira de ressocializar os presos e diminuir o índice de violência no país. “Temos que ter a coragem de propor essas mudanças para permitir a reinserção social dos presos, por meio de educação e assistência à saúde, além, é claro, de adotar outras medidas, como desarticular a ação de organizações criminosas nos presídios”, declarou.

Realidade brasileira

O Brasil é o quarto país do mundo em número de presos e o único desses quatro em que o número só aumenta. Em 1990, o país tinha 90 mil presos. Hoje são 607 mil. “Banalizamos o uso de prisões”, disse Valdirene Daufemback, diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça. Para ela, a finalidade do sistema prisional deveria ser a inclusão social dos presos. “Atualmente, o sistema se preocupa mais com o passado, ou seja, mais com o que o preso fez do que com o futuro”, disse.

Ela manifestou preocupação principalmente em relação ao aumento do número de mulheres presas, que é de 567% desde o ano 2000. A maioria das detentas foi presa por tráfico de drogas. Segundo a diretora, a prisão das mulheres desestrutura famílias inteiras, o que facilita a reprodução das condições que resultam no aumento da criminalidade. […]

Penas alternativas

As más condições de estabelecimentos penais pelo país também foram mencionadas como um dos fatores que dificultam a ressocialização e reforçam a necessidade de penas alternativas.

De acordo com o representante da OAB, 700 detentos vivem em contêineres no Pará. No Paraná, um terço dos presos fica encarcerado em delegacias. “Muitas vezes a pena alternativa pode ser mais benéfica”, disse Queiroz.

O advogado Gustavo do Vale Rocha, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, apontou outro fator responsável pelo índice de criminalidade no país, ao mesmo tempo em que complica a gestão do sistema prisional: o número de presos que não deveria estar nas prisões.  
Dos mais de 600 mil detentos do país, 40% são presos provisórios, ou seja, estão aguardando julgamento. E 40% destes devem ser condenados a regime aberto ou absolvido. “O encarceramento não diminui a violência. Não há condições de ressocialização na maioria dos presídios, e o número de prisões só aumenta porque o clamor público exige cada vez mais prisões”, enfatizou.

Os trabalhos do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) se transformam em proposições legislativas ou recomendações enviadas ao governo federal – como já aconteceu com estudos relativos ao petróleo da camada do pré-sal, programa espacial brasileiro, terras raras, biodiesel, dívida pública, TV digital e outros.

Reportagem – Antonio Vital  
Edição – Luciana Cesar

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/497683-ESPECIALISTAS-APONTAM-PROBLEMAS-DO-SISTEMA-PRISIONAL-BRASILEIRO.html>  Adaptado

TEXTO II

O cenário dos presídios nacionais

O ano de 2017 começou com o novo capítulo de uma antiga história. A morte de mais de 100 detentos chamou atenção para a guerra de facções criminosas dentro de presídios brasileiros e expôs a fragilidade do sistema penitenciário nacional.

Segundo os últimos dados divulgados em 2014 pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen), o Brasil chegou à marca de 607,7 mil presos. Desta população, 41% aguarda por julgamento atrás das grades. Ou seja, há 222 mil pessoas presas sem condenação.

Três episódios que aconteceram em 2017 denotam a crise nos presídios brasileiros. No dia 1º de janeiro, pelo menos 60 presos que cumpriam em Manaus (AM) foram mortos durante a rebelião que durou 17 horas. Na mesma semana, houve um tumulto em uma penitenciária em Roraima, onde 33 presos foram mortos. No dia 14,

Rio Grande do Norte, pelo menos 26 presos foram mortos em rebelião na Penitenciária Estadual de Alcaçuz.

Após o ocorrido, cerca de 220 presos foram transferidos para outras penitenciárias. Estados como Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná também enfrentaram esse tipo de problema. [No dia 24 de janeiro, mais de 200 detentos fugiram do Instituto Penal Agrícola em Bauru (SP).](http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-01/rebeliao-resulta-em-fuga-de-200-presos-em-penitenciaria-de-bauru)

Autoridades discutem soluções para crise prisional

Logo quando aconteceu o massacre em Manaus, a imprensa internacional criticou os presídios do país. Já o presidente Michel Temer decidiu ampliar a atuação do governo federal no combate à crise penitenciária. “Quero, numa primeira fala, mais uma vez, solidarizar-me com as famílias que tiveram seus presos vitimados naquele acidente pavoroso que ocorreu no presídio de Manaus”, afirmou Temer.

Diante da crise, o Ministério da Justiça anunciou a criação de um [Grupo Nacional de Intervenção Penitenciária](http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-01/ministerio-anuncia-criacao-de-grupo-nacional-de-intervencao-penitenciaria) para atuar dentro dos presídios, em conjunto com as forças policiais estaduais. A exemplo da Força Nacional de Segurança Pública, o grupo conta com cerca de cem agentes penitenciários cedidos pelos estados e tem como objetivo conter situações problemáticas do sistema carcerário.

As medidas sucederam ao anúncio do [lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública](http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-01/veja-os-principais-pontos-do-plano-nacional-de-seguranca-publica), que começará a ser implementado no dia 15 de fevereiro. O plano prevê ações conjuntas de segurança pública e inteligência por parte dos governos federal e estaduais para tentar reduzir o número de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher em todo o país.

<http://www.ebc.com.br/especiais/entenda-crise-no-sistema-prisional-brasileiro> (Adpatado)

TEXTO III

[](http://imaginie-812e.kxcdn.com/wp-content/uploads/2017/06/sistema-carcerario.jpg)

HTTP://MUNDOSECULOXXI.COM.BR/?P=3565

 TEXTO IV

[](http://imaginie-812e.kxcdn.com/wp-content/uploads/2017/06/sistema-prisional.jpg)

http://correiodaparaiba.com.br/cidades/estatisticas/falta-de-defensores-gera-superlotacao-nos-presidios/

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o **tema “Objetificação da mulher na publicidade”,** apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

BRASÍLIA – Um projeto de lei em análise na Câmara dos Deputados prevê a proibição de publicidade que exponha ou estimule a agressão ou violência sexual contra as mulheres. O desrespeito às regras pode levar à multa que varia de R$ 5 mil a R$ 200 mil, além de suspensão da propaganda e advertência.

A proposta em análise foi enviada à Câmara em setembro do ano passado pela deputada federal Erika Kokay (PT-DF). “O papel da publicidade se mostra por vezes contraproducente ao perpetuar o machismo em nossa sociedade, atuando na direção contrária à igualdade de gênero”, justifica a autora.

O texto cita como exemplo as propagandas de cerveja. “É rotineiro o emprego da imagem feminina na publicidade como objeto prontamente disponível para a satisfação dos desejos masculinos. Essa realidade é muito nítida no caso de propaganda de cervejas, comumente tido como um produto de interesse predominantemente masculino, mas por vezes se manifesta também na publicidade de muitos outros produtos, às vezes sutilmente e outras vezes nem tão sutilmente assim”, argumenta.

As regras valem para qualquer meio de comunicação impresso, eletrônico ou audiovisual. De acordo com o texto, “os anúncios não poderão expor, divulgar ou estimular a violência sexual, o estupro e a violência contra a mulher”. Está vedado ainda conteúdo vinculado à misoginia e ao sexismo.

A proposta será analisada pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Defesa dos Direitos da Mulher, de Constituição e Justiça, e de Cidadania.

Disponível em http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,projeto-preve-multa-de-ate-r-200-mil-para-publicidade-que-objetifica-mulher,70001669689 Acesso em 10 abril 2017

TEXTO II

Objetificação sexual, de acordo com Heldman (2012) é a representação de uma pessoa como um objeto sexual. Esta representação é feita principalmente com mulheres, e se dá quando a individualidade das pessoas é retirada, e estas são exibidas apenas pelo seu corpo, que é comparado a um objeto ou mercadoria. Isso pode ser feito através da representação de corpos sem o rosto, ou como apoio para objetos, por exemplo. A objetificação sexual fica muito clara quando observamos a representação da mulher nas propagandas televisivas e anúncios. A maneira como a mulher é representada na publicidade tem grande influência na maneira com que ela é vista e tratada na sociedade. Isso se deve ao fato de que, de acordo com Silva (1976), a propaganda tem um sentido político de divulgação de doutrinas, opiniões, informações e afirmações baseados em fatos, verdadeiros ou falsos, com o objetivo de influenciar o comportamento do público. Portanto, podemos ver que a propaganda é um elemento chave na criação e disseminação de valores sociais. De acordo com Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014, p.13), “é inegável que a submissão e a ‘objetificação’ do público feminino se traduziram em efeitos nocivos à sobrevivência igualitária entre os gêneros”.

Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140273/000990769.pdf?sequence=1 Acesso em 10 abril 2017

TEXTO III

[](http://imaginie-812e.kxcdn.com/wp-content/uploads/2017/04/2-4.png)

Proposta de redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo- argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema [**Guerra nas ruas: o problema da violência urbana no Brasil**](http://s3-sa-east-1.amazonaws.com/descomplica-blog/wp-content/uploads/2015/08/Proposta-04-Extra.pdf), apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**TEXTO I**

A violência urbana também consiste em um tipo de violação da lei penal. Consiste na prática de crimes diversos contra pessoas (assassinatos, roubos e sequestros), e contra o patrimônio público, influenciando de forma negativa o convívio entre as pessoas e a qualidade de vida. Esse tipo de violência manifesta-se particularmente nas grandes cidades.

*Disponível em:* [*http://www.significados.com.br/violencia/*](http://www.significados.com.br/violencia/)

**Texto II**



Texto III

Pesquisa  do  Instituto  DataSenado  publicada  em  outubro  apontou  que  89%  dos  1.232   cidadãos  entrevistados  querem  imputar  crimes  aos  adolescentes  que  os  cometerem.  De  acordo   com  a  enquete,  35%  fixaram  16  anos  como  idade  mínima  para  que  uma  pessoa  possa  ter  a   mesma  condenação  de  um  adulto;;  18%  apontaram  14  anos  e  16%  responderam  12  anos.  Houve   ainda  20%  que  disseram  “qualquer  idade”,  defendendo  que  qualquer  pessoa,  independente  da   sua  idade,  deve  ser  julgada  e,  se  for  o  caso,  condenada  como  um  adulto.  (…).  -­  Manter  em  18   anos  o  limite  para  a  condição  de

 imputabilidade  é  ignorar  o  desenvolvimento  mental  dos  nossos   jovens.  A  redução  da  maioridade,  por  si  só,  não  resolveria  os  nossos  graves  problemas  de   segurança  pública.  Entretanto,  seria  uma  boa  contribuição,  pois  os  jovens,  em  função  da   impunidade,  sentem-­se  incentivados  à  prática  do  crime  -­  disse  Cassol,  no  Plenário,  ao  apresentar   a  proposta.

##### Disponível  em:  http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/91122/.   Acesso  em  11  abr  2015.

**TEXTO  IV**

O  sensacionalismo  seduz,  mas  não  responde  à  lógica:  o  fato  de  os  adultos  já  serem   processados  criminalmente  não  tem  evitado  que  pratiquem  crimes.  Por  que  isso  aconteceria  com   os  adolescentes?  A  ideia  de  que  a  criminalidade  está  vinculada  a  uma  espécie  de  “sensação  da   impunidade”  jamais  se  demonstrou,  tanto  mais  que  a  prática  de  crimes  tem  crescido  junto  com  a   encarcerização.  A  tese  oculta  uma  importante  variável:  o  fator  altamente  criminógeno  do  ambiente   prisional,  que  é  ainda  maior  quando  se  trata  de  jovens  em  crescimento.

##### Disponível  em:  http://blog-­sem-­juizo.blogspot.com.br/2013/01/reduzir-­maioridade-­penal-­e-­ equivoco.html.  Acesso  em:  11  abr  2015.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A cultura de assédio no Brasil,**apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.



**TEXTO II**

A Organização Internacional do Trabalho – OIT – definiu o assédio como atos de insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, desde que apresentem umas das características a seguir: a) ser uma condição clara para dar ou manter o emprego; b) influir nas promoções na carreira do assediado; c) prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima. Cumpre ressaltar que não é necessário o contato físico para configuração do crime de assédio sexual, pois até mesmo expressões e comentários podem caracterizar o assédio. As maiores vítimas são as mulheres, mas há também, embora menos frequentes, casos de homens que são assediados por mulheres no ambiente de trabalho e, também, casos de assedio entre pessoas do mesmo sexo.

*Disponível em http://elisabeteamaro.jusbrasil.com.br/artigos/121816588/assedio<sexual<nas< empresas*

## TEXTO III

Uma pesquisa online realizada pelo blog Think Olga, na campanha Chega de Fiu Fiu contra o assédio no espaço público teve como uma de suas conclusões mais significativas o fato de que as mulheres possuem um medo real de caminhar nas ruas, devido à sua condição de gênero. Um risco de ter sua integridade ameaçada, apenas por ser mulher.

Nessa pesquisa, de 7.762 participantes, 99,6% afirmaram que já foram alvos de algum tipo de assédio nas ruas. Esse dado mostra que há um problema sistêmico em relação ao tratamento que a mulher recebe na sociedade. Basicamente, o assédio público ameaça a integridade psico-física da mulher e restringe suas liberdades constitucionais como, por exemplo, o direito de ir e vir [já que muitas evitam ir para determinados lugares, ou mudam de caminho porque sabem que em determinados lugares sofrerão mais assédio], mas é extremamente naturalizado pela sociedade e ainda por cima, é observado como comportamento padrão dos homens.

Mesmo após décadas de luta do movimento feminista para a conquista do espaço público pelas mulheres, principalmente, no âmbito trabalhista, as ruas ainda refletem a cultura do estupro e do machismo, por meio da invasão do espaço privado, do medo causado e do cerceamento da liberdade — seja de comportamento, de vestimenta ou de mobilidade — das mulheres. O assédio nas ruas, em suas diversas expressões é, sobretudo, uma violência de gênero que impede o alcance de um Estado Democrático ideal, onde realmente exista justiça social e igualdade entre os indivíduos. O direito das mulheres à participação na vida pública exige que elas tenham segurança para tal. Enquanto não houver espaço para as mulheres nas ruas, não há que se falar em igualdade de direitos, em justiça social e, muito menos, em vivência democrática de fato.

Disponível em https://medium.com/revista-agora/assédio-nas-ruas-78592c9adc92#.230otu9y3.

**Proposta de Redação**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O suicídio entre os jovens brasileiros – Como enfrentar esse problema?**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**Texto I**

O suicídio tem crescido entre as causas de mortes de jovens até 19 anos no Brasil. Em 2013, 1% de todas as mortes de crianças e adolescentes do país foram por suicídio, ou 788 casos no total. O número pode parecer baixo, mas representa um aumento expressivo frente ao índice de 0,2% de 1980.

Entre jovens de 16 e 17 anos, a taxa é ainda maior, de 3% frente ao número total. O aumento também ocorre em relação às mortes para cada 100 mil jovens dessa mesma faixa etária: a taxa foi de 2,8 por 100 mil em 1980 para 4,1 em 2013.

Os dados fazem parte da pesquisa Violência Letal: Crianças e Adolescentes do Brasil. Eles foram compilados pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), um organismo de cooperação internacional para pesquisa.

Segundo Alexandrina Meleiro, jovens imersos em redes sociais como Facebook ou Instagram assistem a retratos de vidas fantásticas. Internautas tendem a selecionar posts que exibam suas melhores conquistas e construir cuidadosamente imagens coloridas de suas vidas. Por comparação, a vida de quem assiste a esse espetáculo parece pior, principalmente quando surgem problemas.

Dificuldades em lidar com ou ter a própria sexualidade aceita continuam a contribuir para comportamento suicida. De acordo com Alexandrina Meleiro, é comum que pais se digam compreensivos quanto à sexualidade dos filhos, mas tenham problemas em lidar, na prática, com filhos não heterossexuais.

Mortes por suicídio são cerca de três vezes maiores entre homens do que entre mulheres. De acordo com cartilha da Associação Brasileira de Psicologia sobre o tema do suicídio ‘papéis masculinos tendem a estar associados a maiores níveis de força, independência e comportamentos de risco’. O reforço desse papel pode impedir que homens procurem ajuda em momentos de sofrimento. ‘Mulheres têm redes sociais de proteção mais fortes.’

Maus tratos e abuso físico e sexual durante o desenvolvimento também podem estar associados ao suicídio. De acordo com a professora, pessoas suicidas tendem a se envolver em comportamentos autodestrutivos, como o uso de drogas sem moderação. ‘Assim como o álcool contribui para a violência contra o próximo, ele pode desencadear violência contra si mesmo.’

Ela também afirma que os jovens são em parte vítimas da própria criação. Pais excessivamente focados em suas próprias carreiras e vidas pessoais sentem-se culpados em relação aos filhos, e tendem a consolá-los com conquistas materiais. “‘Se quebrou o iPhone, o pai providencia outro.’”

Esse excesso de proteção pode dificultar que o jovem desenvolva, por si próprio, formas de lidar com a frustração com problemas do amadurecimento, como uma desilusão amorosa ou dificuldades para encontrar um emprego.

*Disponível em:* [*https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/30/Por-que-precisamos-falarsobre-o-suic%C3%ADdio-de-jovens-no-Brasil*](https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/30/Por-que-precisamos-falarsobre-o-suic%C3%ADdio-de-jovens-no-Brasil)

## Texto II

O CVV — Centro de Valorização da Vida, fundado em São Paulo em 1962, é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de Utilidade Pública Federal em 1973. Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio para todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo.

Realizamos mais de um milhão de atendimentos anuais por aproximadamente 2.000 voluntários em 18 estados mais o Distrito Federal. Esses contatos são feitos pelo telefone 141 (24 horas), pessoalmente (nos 72 postos de atendimento) ou pelo site www.cvv.org.br via chat, VoIP (Skype) e e-mail.

É associado ao Befrienders Worldwide, entidade que congrega as instituições congêneres de todo o mundo e participou da força tarefa que elaborou a Política Nacional de Prevenção do Suicídio do Ministério da Saúde.

Em setembro de 2015 iniciamos o atendimento pelo telefone 188, primeiro número sem custo de ligação para prevenção do suicídio que, neste primeiro momento só funciona no estado do Rio Grande do Sul, onde o 188 é operado pelo CVV em fase de teste para ampliação a todo território nacional.

O CVV desenvolve outras atividades relacionadas a apoio emocional além do atendimento, com ações abertas à comunidade que estimulam o autoconhecimento e melhor convivência em grupo e consigo mesmo em todo o Brasil. A instituição também mantém o Hospital Francisca Julia que atende pessoas com transtornos mentais e dependência química em São José dos CamposSP.

<http://www.cvv.org.br/cvv.php>

## Texto III

A curta história de Ariele Vidal Farias integra um fenômeno crescente na cidade de São Paulo: os casos de suicídio de jovens mulheres, com idade entre 15 e 34 anos. Mais velha de três irmãos, Ariele vivia com a mãe —os pais, separados, mas de convivência amistosa, contam que nunca notaram sinais de depressão na primogênita. Em março de 2014, ao voltar para casa à tarde, após a escola, a irmã mais nova encontrou Ariele enforcada. Ela tinha 18 anos. A família descobriria depois que a ex-escoteira treinara os nós a partir de um livro, deixado fora do lugar, e até uma boneca foi encontrada nos seus pertences com um laço no pescoço. Na carta de despedida, escreveu: “Gente morta não decepciona ninguém”.

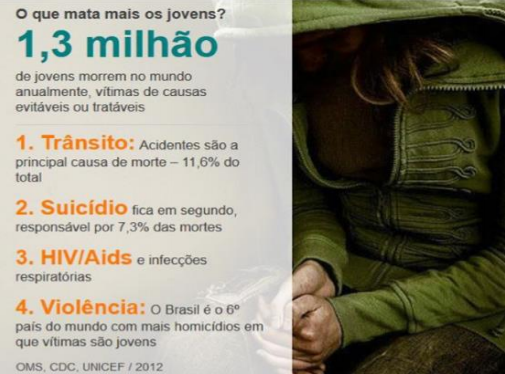
O número de suicídios de mulheres de 15 a 34 anos na capital, que representava 20% do total nessa faixa em 2010, pulou para 25% quatro anos depois. De acordo com o “Mapa da Violência — Os Jovens do Brasil”, estudo elaborado pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), a taxa de suicídio dos jovens em São Paulo aumentou 42% entre 2002 e 2012.

“Tenho duas conjecturas para a decisão dela. Uma possível crise pela descoberta da homossexualidade, ela tinha contado para uma tia que gostava de uma menina, e o fato de ser muito exigente consigo mesma”, responde o pai de Ariele, o oficial de justiça Ivo Oliveira Farias, 58. A filha se preparava para seguir sua carreira. Dias depois do enterro, a família receberia a notícia de que ela fora aprovada em direito.

Fenômeno que ocorre cada vez mais entre os jovens, homens ou mulheres, o suicídio deve ser abordado sem estigmas, afirmam especialistas. Os tratamentos psiquiátricos e psicológicos são recomendados para os sobreviventes, estejam eles participando ou não de grupos como os do CVV (Centro de Valorização da Vida). Na rede pública de saúde de São Paulo, a Covisa (Coordenação de Vigilância em Saúde) monitora casos de potenciais suicidas. Se alguma pessoa for internada duas vezes seguidas por intoxicação, por exemplo, o órgão pode encaminhá-la para acompanhamento.

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1742198-suicidio-de-jovensmulheres-avanca-em-sao-paulo.shtml

**Texto IV**



**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema: **"Hoax", notícias falsas e suas implicações em sociedades.** Apresente proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

O problema maior com a notícia falsa não é o óbvio fato de que ela é falsa, mas, sim, quem a consome. É um

pessoal que QUER acreditar. É fé, é quase religião. Por isso, é inquestionável. Não adianta mostrar o fato, porque eles vão questionar o fato. Não adianta pedir provas, porque vão duvidar das provas. Antes das redes sociais, esse pessoal mais conspiratório ficava quietinho num canto da mesa do bar e quando dizia que a CIA estava por trás do ET de Varginha, tomava logo um “Cala a boca seu xarope!”. Todo mundo ria. Mas com o Twitter e o Facebook, todos os malucos de canto de mesa de bar se encontraram e hoje são milhões. [...]

Fonte:http://gq.globo.com/Colunas/Tiago-Leifert/noticia/2017/02/nunca-se-compartilhou-tantas-noticias-falsas-com o-atualmente.htm

TEXTO II

A dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, morreu na manhã desta segunda-feira (5), dois dias após ter sido espancada por dezenas de moradores de Guarujá, no litoral de São Paulo. Segundo a família, ela foi agredida a partir de um boato gerado por uma página em uma rede social que afirmava que a dona de casa sequestrava crianças para utilizá-las em rituais de magia negra. De acordo com familiares de Fabiane, após as agressões, ela sofreu traumatismo craniano e foi internada em estado crítico no Hospital Santo Amaro, também em Guarujá. Minutos após a agressão, a Polícia Militar chegou a isolar o corpo de Fabiane acreditando que ela estava morta após o espancamento. Na manhã desta segunda-feira, porém, a família recebeu a informação de que Fabiane não resistiu aos ferimentos e morreu. [...]

Fonte:http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-e m-guaruja-sp.html

TEXTO III

[...]O BuzzFeed observou que no período anterior aos três últimos meses a performance do conteúdo dos principais veículos superou as falsas notícias. No entanto, à medida que a eleição se aproximava, o envolvimento com conteúdos falsos no Facebook disparou e ultrapassou o do conteúdo das principais fontes de notícias. As duas notícias falsas que mais repercutiram foi “Wikileaks confirma que Clinton vendeu armas para o Estado Islâmico” e “Papa Francisco choca o mundo e apoia Donald Trump”. [...]

Fonte:http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/noticias-falsas-sobre-eleicoes-nos-eua-su peram-noticias-reais.html

TEXTO IV

A Europa está em alerta com a proliferação de falsas notícias nas redes sociais. O Parlamento britânico criou uma comissão para investigar como detectar e impedir a publicação de informações maliciosas na Internet e a Alemanha lançou uma ofensiva contra a propagação de boatos com aparência de veracidade. Uma pequena amostra para verificar o alcance desta nova praga: no Ano Novo uma multidão de estrangeiros atacou a polícia com foguetes na cidade de Dortmund e queimou uma igreja. A história foi publicada no portal de ultra direita norte-americano Breitbart News e percorreu as redes sociais a toda a velocidade. Era falsa.[...]

Fonte:http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/21/opinion/1485023813\_514702.html